

Como projetar com pessoas que vivem em áreas socialmente vulneráveis?

How to Design with People Living in Socially Vulnerable Areas?

¿Cómo Proyectar con Personas que Viven en Áreas Socialmente Vulnerables?

Viviane Zerlotini da Silva. Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: vivianezzerlotini@gmail.com

Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt. Arquiteto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: eduardomrbittencourt@gmail.com

Tiago Castelo Branco Lourenço. Arquiteto, Doutorando e Mestre em Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: tcblourenco@gmail.com

Resumo

O Escritório de Integração presta assessoria técnica direta a grupos sociais autoprodutores de espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua proposta metodológica baseia-se na fricção entre o conhecimento e a experiência dos moradores, que autoproduzem seu território, e dos técnicos, neste caso, professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. Trata-se, não só, de investigar o que nos distancia e o que nos aproxima, mas também de superar paradigmas de urbanização que empobrecem o cotidiano e degradam a vida. Orientam tal proposta, tanto a consideração dos impactos - sobre o território, o

cotidiano e o trabalho - das técnicas de urbanização predominantes na chamada cidade formal e reproduzidas na chamada informal, quanto a constatação de que a incompletude da urbanização nos territórios autoproduzidos, associada ao seu potencial autogestionário, constitui uma condição aberta à experimentação de processos e técnicas de urbanização. Focado desde 2014 em três ocupações urbanas, objeto do mais grave conflito fundiário urbano do Brasil, o trabalho, sempre intenso, desta vez consistiu de uma provocação. Por meio de ações diretas cujo efeito intencionava-se de imediato, realizou-se um exercício simultâneo de crítica de processos e técnicas de urbanização ali em curso e de reconhecimento de outros que, não necessariamente desconhecidos ou alternativos, são desconsiderados. Propositadamente, tomou-se o atendimento a demandas pontuais dos moradores como estratégia para a franca abordagem dos processos pelos quais, tais demandas, se multiplicam e se agravam.

Palavras-chave: Assessoria técnica; Extensão universitária; Ocupações urbanas.

Abstract

The Integration Office provides direct technical assistance to social groups that are self-producers of space in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. Its methodological proposal is based on the friction between the knowledge and the experience of the residents, who self-produce their territory, and the technicians, in this case, professors and students of the Architecture and Urbanism Course of PUC Minas. It is not only to investigate what distances us and what brings us closer, but also to overcome paradigms of urbanization that impoverish daily life and degrade life. Such a proposal is guided both by of the impacts - on the territory, the daily life and the work - of the predominant urbanization techniques in the so-called formal city and reproduced in the informal city, as to the finding that the incompleteness of urbanization in self-produced territories, associated with its potential self-management, is a condition open to the experimentation of urbanization processes and techniques. Focused since 2014 on three urban occupations that are the object of the most serious urban land conflict in Brazil, the work, always intense, this time consisted of a provocation. By means of direct actions whose effect was intended to be immediate, it was a simultaneous exercise of criticism of urbanization processes and techniques in progress and recognition of others who, not necessarily unknown or alternative, are not considered. Specifically, attention was paid to the specific demands of the residents as a strategy for the frank approach of the processes by which these demands multiply and worsen.

Keywords: Technical assistance; University extension; Urban occupations.

Resumen

El Escritório de Integração presta asesoría técnica directa a grupos sociales autoprodutores de espaciosa Región Metropolitana de Belo Horizonte. Su propuesta metodológica se basa en la fricción entre el conocimiento y la experiencia de los habitantes, que autoproducen su territorio, y de los técnicos, en este caso, profesores y alumnos del Curso de Arquitectura y Urbanismo de la PUC Minas. Se trata no sólo de investigar lo que nos aleja y lo que nos acerca, pero también de superar paradigmas de urbanización que empobrecen lo cotidiano y degradan la vida. Orientan tal propuesta tanto la consideración de los impactos - sobre el territorio, el cotidiano y el trabajo - de las técnicas de urbanización predominantes en la llamada ciudad formal y reproducidas en la ciudad informal, en cuanto a la constatación de

que la incompletud de la urbanización en los territorios autoproducidos, asociada a su potencial autogestionario, es una condición abierta a la experimentación de procesos y técnicas de urbanización. Enfocado desde 2014 en tres ocupaciones urbanas objeto del más grave conflicto de tierras urbanas de Brasil, el trabajo, siempre intenso, esta vez consistió de una provocación. Por medio de acciones directas cuyo efecto se intencionaba inmediatamente, se llevó a cabo un ejercicio simultáneo de crítica de procesos y técnicas de urbanización allí en curso y de reconocimiento de otros que, no necesariamente desconocidos o alternativos, son allí desconsiderados. A propósito, se tomó la atención a demandas puntuales de los habitantes como estrategia para el franco enfoque de los procesos por los cuales estas demandas se multiplican y se agravan.

Palabras Clave: Asesoramiento técnico; Extensión universitaria; Ocupaciones urbanas.

INTRODUÇÃO

O Escritório de Integração (EI) é um núcleo de extensão, pesquisa e ensino do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Numa primeira fase de atuação, atendia a demandas da Arquidiocese de Minas Gerais - sobretudo projetos arquitetônicos de equipamentos comunitários. Numa segunda fase, coincidente com as primeiras iniciativas de redemocratização do planejamento urbano e habitacional no país, ocupou-se de projetos habitacionais, da recuperação de áreas urbanas e de programas de formação de trabalhadores da construção civil, mediante convênios com instituições públicas. Em sua fase atual, à margem e às vezes contrariamente ao Estado neoliberal, presta assessoria técnica direta a grupos sociais organizados em luta pelos direitos à moradia e à cidade - desde 2014, principalmente a moradores de ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Para fins dos trabalhos de extensão e ao mesmo tempo construída a partir deles mesmos, a expressão “ocupação urbana” vem sendo empregada pelo Escritório de Integração para designar processo verificado em Belo Horizonte desde a passagem do século XX ao XXI, cujo marco inicial seria a Ocupação Corumbiara (1996). Nessa acepção, a expressão pode significar:

- movimentos de luta pelo direito à terra urbana;
- estratégias e táticas de luta pelo direito à terra urbana, entre as quais incluem, tanto a opção pelo termo “ocupação” em vez do termo “invasão”, quanto à ocupação em si de um terreno (grosso modo em duas fases, a da tomada de posse e a da consolidação) e o modo de ocupá-lo (evitando-se a identificação com a favela e com o conjunto habitacional, obedecendo-se a princípios legais e/ou de preservação ambiental etc.);
- a própria ocupação: o conjunto de ruas ou caminhos, barracas ou edificações. Nesse sentido, seriam ocupações os espaços autoproduzidos com o apoio de

movimentos sociais¹. Dentre essas, apenas a Ocupação Corumbiara, regulamentada, não se encontra sob risco de despejo. As ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, na área conhecida como Izidora, na Região Nordeste de Belo Horizonte, encontravam-se até 2017 sob ameaça de despejo.

Este artigo apresenta o trabalho de assessoria técnica direta realizado desde 2014 (ver Quadro 1) nas ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, na região da Izidora, entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, - ameaçados por

¹ Ocupação Vila da Fé (Espontânea - Vespasiano[Morro Alto] - 1991, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares e CPT), Ocupação Corumbiara (PCR - Belo Horizonte [Barreiro] - 1996), Ocupação Canto do Rio (Espontânea - Nova Lima [Oswaldo Barbosa Pena] - 1996, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação Torres Gêmeas (Espontânea - Belo Horizonte [Santa Tereza] - 1996[Início]/2012[Despejo], posteriormente começou a ser acompanhada pela Pastoral de Rua e pelas Brigadas Populares), Ocupação Novo Lajedo (Espontânea - Belo Horizonte [Tupi/Izidora] - 2002, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Caracol (Brigadas Populares - Belo Horizonte [Serra] - 2006[Início]/2007[Despejo] - Edifício abandonado no bairro Serra), Ocupação João de Barro I (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro - Belo Horizonte [Serra] - 2007[Início]/2007[Despejo] Edifício abandonado no bairro Serra da massa falida da Construtora Encol), Ocupação João de Barro II (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro - Belo Horizonte [São Luiz] - 2007[Início]/2007[Despejo] Hospital Cardiominas, edifício abandonado no bairro São Luiz na Pampulha), Ocupação João de Barro III (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro - Belo Horizonte [Santo Agostinho] - 2007[Início]/2007[Despejo] Casa abandonada no bairro Santo Agostinho), Ocupação Irmã Dorothy (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2007), Ocupação Corumbiara II (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2007), Ocupação Camilo Torres (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro - Belo Horizonte [Barreiro] - 2008, posteriormente acompanhada pelo Luta Popular), Ocupação Dandara (Brigadas Populares, Fórum de Moradia do Barreiro, MST[Movimento dos Trabalhadores Sem Terra], CPT - Belo Horizonte [Céu Azul/Pampulha] - 2009), Ocupação Irmã Dorothy (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro - Belo Horizonte [Barreiro] - 2010, posteriormente acompanhada pelo Luta Popular), Ocupação Canaã (Espontânea - Nova Lima [Nova Suíça] - 2011, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação Zilah Spósito/Helena Greco (MLPM [Movimento de Luta por Moradia] - Belo Horizonte [Zilah Spósito/Izidora] - 2011, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação Vila Pomar do Cafezal (Espontânea - Belo Horizonte [Serra] - 2012, posteriormente começou a ser acompanhada por um período pelas ASF/Brasil - Arquitetas Sem Fronteiras), Ocupação Novo Paraíso (Espontânea - Belo Horizonte [Palmeiras] - 2012, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares e CPT), Ocupação Eliana Silva I (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2012[Início]/2012[Despejo]), Ocupação Eliana Silva II (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2012), Ocupação Nova Cachoeira (Espontânea - São José da Lapa [Cachoeira] - 2012, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação Vila da Conquista (Espontânea - Belo Horizonte [Havaí] - 2012, posteriormente começou a ser acompanhada pela CPT e pelo MLB), Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá (Brigadas Populares, FTA[Frente Terra e Autonomia] - Contagem [Ressaca] - 2013), Ocupação Rosa Leão (MLPM [Movimento de Luta por Moradia] - Belo Horizonte [Zilah Spósito/Izidora] - 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação Esperança (Espontânea - Belo Horizonte [Londrina/Izidora] - 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação Vitória (Espontânea - Belo Horizonte [Baronesa/Izidora] - 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação William Rosa (Luta Popular - Contagem [Jardim Laguna] - 2013[Início]/2017[Despejo]), Ocupação Povo Brasileiro (Espontânea - Contagem - 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Nelson Mandela (Espontânea - Belo Horizonte [Barreiro] - 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação Professor Fábio Alves (Espontânea - Belo Horizonte [Belmonte] - 2014), Ocupação Tomás Balduino (Espontânea - Ribeirão das Neves [Santa Margarida] - 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Primeiro de Maio (Espontânea - Betim [Sítio Poções] - 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares e CPT), Ocupação Dom Tomás Balduino (Espontânea - Betim [Jardim Petrópolis] - 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, Pastoral da Juventude e CPT), Ocupação Shekinah (Espontânea - Betim [Sítio Poções] - 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, Pastoral da Juventude e CPT), Ocupação Vila Esperança do Calafate (Espontânea - Belo Horizonte [Calafate] - 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pela FTA), Ocupação Terra Nossa (Espontânea - Belo Horizonte [Taquaril] - 2014), Ocupação Novo Horizonte (Espontânea - Ribeirão das Neves - 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Paulo Freire (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2015), Ocupação Novo São Lucas (Espontânea - Belo Horizonte [Novo São Lucas] - 2015, posteriormente acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia (MNLM [Movimento de Nacional de Luta pela Moradia] CMP [Central de Movimentos Populares] CONAM [Confederação Nacional de Ass. de Moradores] UNIÃO [União Nacional por Moradia Popular] - Belo Horizonte [Centro] - 2015 Edifício do INSS abandonado no Centro), Ocupação Maria Guerreira (Espontânea - Belo Horizonte [Copacabana] - 2016[Início]/2016[Despejo], posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Maria Vitória (Espontânea - Belo Horizonte [Copacabana] - 2016[Início]/2016[Despejo], posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Maria Bonita (Brigadas Populares - Contagem [Bom Jesus] - 2016[Início]/2016[Despejo]), Ocupação Lampião (Espontânea - Belo Horizonte [Ribeiro de Abreu] - 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Candeiro (Espontânea - Belo Horizonte [Zona Oeste] - 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Irmã Dulce (Espontânea - Ribeirão das Neves - 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Temer Jamais (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2017[Início]/2017[Despejo]), Ocupação Carolina de Jesus (MLB - Belo Horizonte [Funcionários] - 2017 - Edifício abandonado no bairro Funcionários), Ocupação Vicentão (Brigadas Populares, Intersindical e Associação Morada de MG - Belo Horizonte [Centro] - 2018 - Edifício abandonado no Centro).

ação de despejo. Essas ocupações se iniciaram sem organização prévia e buscaram posteriormente o apoio de movimentos sociais organizados e de centros universitários de pesquisa e extensão. Distinguem-se, nesse sentido, da Ocupação Dandara, pioneira na aproximação com o setor técnico especializado, a partir de trabalho final de graduação desenvolvido no Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, de autoria de Tiago Castelo Branco Lourenço, orientado pelos professores Rogério Palhares de Araújo e Margarete Maria de Araújo Silva, em 2009. Não obstante a essa distinção, pode-se afirmar que, a partir da experiência da Ocupação Dandara, líderes e moradores de todas as ocupações reconhecem que a opção por técnicas de urbanização obedientes às legislações pertinentes são uma estratégia política na luta pelo direito à terra urbanizada e à moradia.

O objetivo dessa assessoria é reagir mais efetivamente à fragilidade dessas áreas, e dos grupos sociais que as ocupam - diante da dominação de um processo de urbanização econômica e politicamente perverso, socialmente excludente e ambientalmente predatório. Isso significaria, mais do que o atendimento às suas demandas em seus distintos estágios de urbanização, uma abordagem dos processos pelas quais elas se reproduzem.

A importância dessa abordagem para a comunidade acadêmica está na experimentação de metodologias e técnicas de proposição e de execução na escala urbana, capazes de reorientar a atuação profissional do arquiteto-urbanista, tal como desejado no Projeto Político-Pedagógico do Curso² (PPP). Isso não significa, contudo, a busca de metodologias e técnicas exclusivas para as áreas de moradia de população de baixa renda ou metodologias e técnicas exclusivas para as demandas de grupos de baixa renda.

No que se refere ao foco nas ocupações urbanas, trata-se de buscar essa saída ali onde a experimentação é autorizada, requerida e, acima de tudo, urgente. A importância deste trabalho para a comunidade externa está no acesso a essa experimentação e aos pressupostos que a orientam, na inversão de processos predatórios e excludentes de urbanização e na conquista do direito não apenas à terra urbanizada ou à moradia, mas também a uma cidade, com a qualidade que o conceito ainda guarda, inclusive em sua dimensão política. A despeito de todas as precariedades, os moradores resistem às ameaças de remoção, planejam e produzem espaços. As atividades de extensão, ao tomar esses territórios como objeto de planejamento e ação, entendem o modo de autoprodução do espaço como uma prática política do cotidiano.

AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO E ACESSORIA TÉCNICA DIRETA

O processo de urbanização dominante é reprodutor de várias injustiças, inclusive a injustiça ambiental. A cidade resultante desse processo (a casa

² O curso tem como objetivo geral, além de formar profissionais generalistas com sólida formação técnica e humanista, preparar arquitetos e urbanistas capazes de atuar firme e solidariamente na consecução dos direitos à cidade, ao ambiente e à arquitetura para todos, por meio do uso da tecnologia em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades, da busca do equilíbrio ecológico e do desenvolvimento sustentável e da valorização e a preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva.

isolada no lote, o terreno cortado em platô, o curso d'água canalizado e coberto, a rua restrita a função de circulação, o asfalto, o automóvel etc.) é tomada como ideal também pelos grupos de baixa renda. Essas duas constatações obrigaram-nos à experimentação de metodologias e técnicas de proposição e de execução na escala urbana, capazes de reorientar a atuação profissional do arquiteto urbanista.

Desde 2014, o El ocupa-se em prestar assessoria técnica às ocupações urbanas no que se refere aos seus processos de urbanização, em diferentes frentes (produção de instrumentos de representação dos territórios em ocupação; identificação da capacidade de suporte do sítio e das práticas construtivas locais; investigação e proposição de modos de transformação do território, segundo a capacidade de suporte do sítio e a compatibilização entre práticas construtivas, recursos materiais, modos de trabalho e de organização social locais; pareceres técnicos). Em todos os casos, trata-se de orientar – colaborativamente – práticas que possam ser reproduzidas em outras ocupações – quer em programação, quer em fase de consolidação.

As ocupações Esperança, Rosa Leão e Vitória compõem a chamada Região da Izidora, localizada em vetor de expansão urbana de Belo Horizonte (Figura 1) que vem recebendo vultuosos investimentos públicos: a Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, a Linha Verde, a transformação do Aeroporto de Confins em terminal industrial. A região foi ocupada em 2013 e atualmente ela é palco do conflito fundiário que envolve as cerca de 6.000 famílias moradoras, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a empresa Direcional Engenharia. Estas últimas são parceiras em um empreendimento imobiliário, a ser construído no terreno onde estão as ocupações Vitória e Esperança, conhecido como Granja Werneck³.

O território dessas ocupações é autoproduzido. Os moradores organizam-se para traçar lotes, quadras e ruas, para definir espaços destinados a equipamentos (em geral centro comunitário, mas também igreja, ou creche, ou ainda horta comunitária), para prover o abastecimento de água (captação direta) e de energia (o denominado gato), a coleta de esgoto (a céu aberto ou por meio de fossas), a coleta de lixo (manual, sendo o lixo transportado para caçambas ou terrenos situados nas proximidades das ruas de acesso, onde há o serviço público de coleta), e para construir suas próprias casas (em geral em alvenaria, com uso de material reaproveitado). Fazem tudo isso usando seus próprios recursos e em processo de negociação interna e externa, sob pressão econômica e política extrema.

³ A Região da Izidora é também conhecida como Granja Werneck. Entretanto, a Granja Werneck é uma parte dessa Região, coincidente com parte do terreno onde se encontram as ocupações Esperança e Vitória.

REGIÃO DA IZIDORA
NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

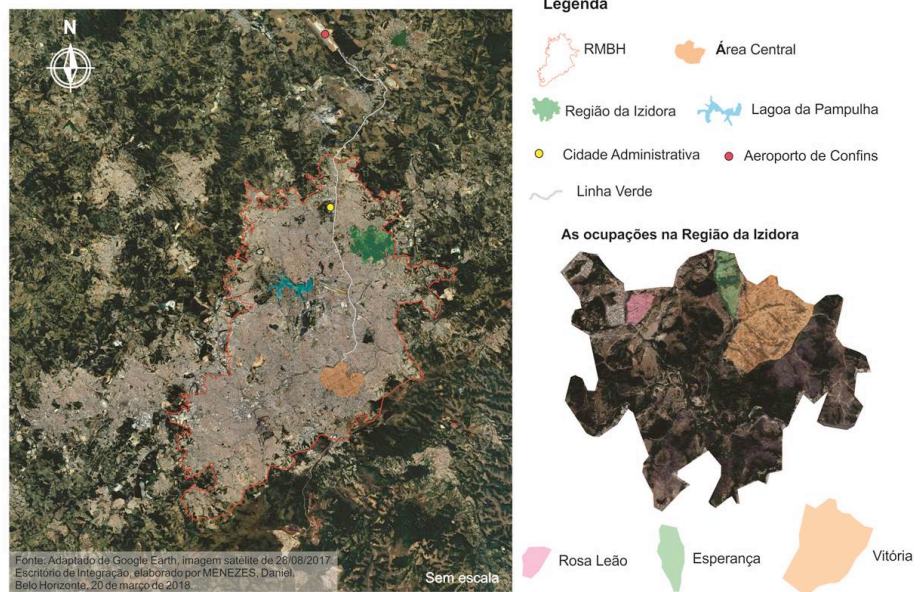


Figura 1: Imagem de Satélite de Belo Horizonte, destaque para área central da cidade na porção sudeste e para equipamentos importantes na porção norte.

Fonte: Escritório de Integração, 2017.

Nas ocupações, as condições do sítio (a área localiza-se em duas microbacias do ribeirão do Isidoro, córrego Terra Vermelha [Rosa Leão] e córrego dos Macacos [Esperança e Vitória], a pouca resistência do terreno (forma pequenos morros arredondados, intemperiza-se para um solo argilo-siltoso rosa), quando associadas à supressão de vegetação e à movimentação de terra (corte, sobretudo) - estratégias usadas pelos ocupantes para obtenção de área útil, segundo técnicas construtivas simplificadas, muitas das quais dominantes na chamada cidade legal -, geram o agravamento de riscos geológicos, poluição e assoreamento de cursos d'água, perda de solo agriculturável etc. Tais impactos ambientais não estão ausentes na cidade legal, onde, ainda mais gravemente, os procedimentos técnicos e os recursos financeiros e materiais usados em sua mitigação favorecem sua perpetuação (Figura 2).



Figura 2 – Vista aérea parcial da ocupação Rosa Leão, com a cidade legal ao fundo, destaque para as diferenças de áreas permeáveis e de cobertura vegetal entre a ocupação e a cidade legal. Fonte: Escritório de Integração, (2016).

Como seus moradores não têm endereço, o acesso formal a serviços públicos, tais como os de saúde e educação, deriva de um longo processo de reivindicações. Tal carência é difícil de ser contornada pelo suporte mútuo, ainda que este possa estar presente. A omissão do Estado, reflexo de anos de ausência de políticas públicas que garantam o direito à cidade das camadas mais pobres da população, reforça os níveis de vulnerabilidade social, econômica e civil⁴ dos moradores. No entanto, essa omissão acaba por determinar outra organização dos moradores para a autoprodução do seu espaço.

Para o EI, o espaço autoproduzido, ainda que produto e reproduzidor de várias espoliações, e o mesmo processo de autoprodução do espaço guardam potenciais que não são reconhecidos, quando não temidos e aniquilados pelo próprio Estado. A incompletude da urbanização segundo o modelo hegemônico; o baixo consumo de recursos, incluindo a terra; a relativa independência da indústria e da cadeia produtiva da construção civil; a constituição de práticas econômicas, associativas e outras construtivas; e os traços de autonomia: fariam do espaço autoproduzido um campo privilegiado para investigação e experimentação de metodologias e processos de projeto, e técnicas e práticas de construção.

Sob a angústia da inexistência, no Brasil, de estudos sistemáticos da chamada urbanização informal que desvendem as escolhas e as razões das escolhas técnicas de seus produtores diretos e de uma tradição de assessoria técnica direta, o EI vem investigando e experimentando metodologias, tecnologias e práticas pedagógicas diversas desde 2002. Elas são marcadas pela tentativa de aproximação e deshierarquização entre saberes informais e formais, orientadas à emancipação técnica e econômico-política e à desalienação e autossustentação dos processos de produção do espaço, segundo diretrizes acadêmicas propostas no Projeto Político

⁴ A vulnerabilidade socioeconômica e civil é compreendida como a desproteção de grandes parcelas da população em relação aos direitos básicos de cidadania e em relação a sua integridade física (KOWARICK, 2009).

Pedagógico (PPP) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, elaborado em 2008 (PUC Minas, 2008).

O PPP prevê a implantação da Escola de Formação de Mão de obra – (EFMO) - e do Canteiro em Obras, que visam à instalação de um ambiente de ensino-aprendizagem que privilegie a circularidade dos diversos tipos de conhecimentos que envolvem a comunidade produtora do espaço construído. Pretende-se, ao mesmo tempo, trazer o trabalhador para o ambiente universitário e aproximar os alunos da realidade a partir da experiência prática com as técnicas construtivas e problemas da produção. Os projetos contemplam a adaptação da EFMO e do Canteiro *em* Obras, inicialmente concebidas com o objetivo de formar mão de obra para a indústria da construção civil, para o contexto das ocupações, no sentido de assessorar e formar autoprodutores capazes e hábeis para a ocupação e a urbanização geossuportadas⁵.

A partir da complexidade da produção do espaço dos territórios das ocupações, em suas dimensões quantitativas (vasta área de ocupação e grande quantidade de moradores), e qualitativas (processos autoproduzidos, vulnerabilidade social e física dos moradores, violência do conflito fundiário), o EI trabalha para reelaborar as práticas pedagógicas, com a intenção de potencializar as experiências, e com vistas a promover a autogestão (TRAGTENBERG, 1987; GUILLERM; BOURDET, 1976; COLETIVO USINA, 2012).

A partir do reconhecimento dos processos autoproduzidos, as práticas de assessoria do EI pressupõem os preceitos da Ecologia Política (COSTA, 2000), os quais consideram as relações sociais necessariamente espaciais e vice-versa, isto é, distintas relações com a natureza ou distintos processos, técnicas e práticas de urbanização respondem, suportam e reproduzem distintas relações de poder.

Produtos técnicos e práticas político-pedagógicas: a formação pela experiência

As atividades de assessoria técnica do EI à ocupações urbanas podem ser divididas em distintos momentos, que, na prática, se sobrepõem (Quadro 1). As diferenças são em função das urgências do processo de negociação e, conseqüentemente, das prioridades por assessoria técnica. Em cada etapa predomina um tipo de solicitação, que embora possa permanecer ao longo do tempo, exige o desenvolvimento de produtos e serviços específicos, para além da elaboração de projetos técnicos. Dependendo da finalidade de assessoria técnica, diferentes práticas político-pedagógicas são desenvolvidas. Processos e práticas são reelaboradas, experimentadas, revisadas na tentativa de produzir elementos que validem a luta dos moradores sem-teto.

⁵ A noção de urbanização geossuportada entende a cidade como um conjunto indissociável de sistemas urbanos (infra, meso e superestruturas), enunciada pelo geólogo Edéio T. de Carvalho (1999). A sobreposição dessas camadas forma o ambiente urbano tecnogênico, que é produto da interação do homem com o sítio natural ou plataforma geológica (CARVALHO, 1999). Nele as estruturas finais para a atividade humana predominam, mas não deixam de interagir, influenciar e serem afetadas pelos processos da sua verdadeira infraestrutura (solo, subsolo, hidrografia, atmosfera, vegetação).

Primeira fase	2014-5	Projeto de Extensão: OCUPAÇÕES - PROEX-2014/9369-1S coordenado por Margarete Maria de Araújo Silva
Segunda fase	2015-6	Projeto de Extensão: Assessoria técnica às ocupações urbanas: processos de urbanização - PROEX-2015/9951-1S coordenado por Viviane Zerlotini da Silva; ASSESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: condições infraestruturais - PROEX-2016/10899-1S coordenado por Viviane Zerlotini da Silva; ASSESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: sistemas de mesoestrutura urbana - PROEX-2016/10904-1S coordenado por Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt; ASSESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: superestruturas autoproduzidas - PROEX-2016/10940-1S coordenado por Tiago Castelo Branco Lourenço. Projeto de Pesquisa: TECNOLOGIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE OCUPAÇÕES URBANAS: estudos de caso na região de Izidora CNPq desenvolvido pelo aluno Daniel Taranto sob a coordenação de Viviane Zerlotini da Silva Trabalho Final de Graduação: CONTRADIÇÕES PARALELAS: Projeto Autogestionário do Centro Comunitário - "Barracão" Rosa Leão, elaborado por Juliana Ribeiro e orientada por Viviane Zerlotini da Silva; PERMACULTURA URBANA: um estudo de caso sobre a ocupação Esperança, elaborado por Lila Souto Loyola e orientado por Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt. Práticas de extensão em disciplina: desenvolvidas nas disciplinas Planejamento Ambiental Urbano ministrada por Tiago Castelo Branco Lourenço e Projeto Executivo Urbano ministrada por Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt.
Terceira fase	2017-8	Projeto de Extensão: ASSESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: processos autônomos de urbanização - PROEX-2017/11440-1S (coordenado por Viviane Zerlotini da Silva). Trabalho Final de Graduação: O PAPEL DO ARQUITETO NO ESPAÇO NÃO INSTITUCIONALIZADO DA CIDADE: uma Experiência Prática nas Ocupações da Izidora, elaborado por Luiz Felipe Velloso Leal e orientado por Tiago Castelo Branco Lourenço; ECOLOGIA URBANA: um estudo de caso sobre a ocupação esperança, elaborado por Laura Sousa Campos e orientado por Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt. Práticas de extensão em disciplina: desenvolvidas nas disciplinas Projeto Executivo Urbano ministrada por Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt.

Quadro 1: Fases de assessoria técnica do EI a ocupações urbanas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao longo do processo, a assessoria técnica vive as contradições entre o que é demandado pelo processo de negociação entre lideranças de moradores e representantes de diferentes instâncias de poder (Poder Público, Incorporador Imobiliário, Movimentos Sociais, Lideranças Religiosas, Universidades etc.), pelos moradores, e o que a assessoria técnica gostaria de realizar no território das ocupações.

As naturezas das demandas determinam as parcerias do EI, com o objetivo de aumentar e qualificar a equipe de trabalho. À equipe original (composta por professores e alunos extensionistas da área de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Ciências Sociais)⁶ agrega-se aos profissionais de outras áreas, que trabalham na própria Instituição ou parceiras.

As práticas de assessoria articulam pesquisa, ensino e extensão. Sob a coordenação do EI, as ações de assessoria interagem com disciplinas de graduação e pós-graduação. As disciplinas Planejamento Ambiental Urbano, Projeto Executivo Urbano e os cursos de especialização em Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço exploram os princípios da assessoria técnica do EI com vistas a promover assentamentos humanos geossuportados.

A **primeira fase** coincide com um momento de grande tensão, marcada por diferentes expressões de violência e violações de direitos. Entre 2014 e 2015, em função das reiteradas ameaças de despejo forçado para a liberação da região

⁶ As atividades são desenvolvidas nos territórios das ocupações durante o período do semestre letivo. A despeito das dificuldades enfrentadas pelas práticas extensionistas em uma universidade particular, essa dinâmica determina uma grande capacidade de mobilização das equipes de extensionistas para ida à campo, de negociação das atividades junto aos moradores, e de realização das atividades em um curto período de tempo.

para a construção do empreendimento, com o acirramento da disputa pela terra e da violência, e sentidas mortes de lideranças, o El foi intensamente requisitado para atuar na legitimação das ocupações (elaboração de maquetes, mapeamento e endereçamento das casas; assessoria a lideranças em mesa estadual de negociação sobre o conflito fundiário; pareceres técnicos contra a remoção forçada; planos urbanísticos de conciliação entre a proposta da empresa investidora e os interesses dos moradores) e na socialização de informações ao conjunto dos moradores (placas sobre áreas de risco e folhetos sobre os termos da negociação do conflito fundiário).

Pareceres técnicos e planos urbanísticos são fundamentais nos processos de negociação dos conflitos fundiários.

Os líderes estavam querendo um instrumento reivindicativo e demonstrativo. Um plano cumpriria à risca esse papel. Se eles tivessem um, poderiam discutir com o governo usando sua mesma linguagem e os seus mesmos fetiches. O plano teria um poder encantatório capaz de fazê-los iguais a seus oponentes, mostrando-lhes que podiam tanto quanto eles, ainda que em condições menos privilegiadas (SANTOS, 1981, p. 44).

No caso das ocupações, o que está em jogo é a evidência da existência de milhares de pessoas residindo no território. Enquanto os planos de urbanização da região de Izidora partem do princípio que os ocupantes não existem, os planos da assessoria técnica (Figura 3) reconhecem a existência dos ocupantes e de suas contribuições na área: barracão, horta, lote, rua, centro comunitário etc. A assessoria técnica, portanto, parte do pressuposto que qualquer processo de urbanização da Izidora deve levar em consideração o território autoproduzido.

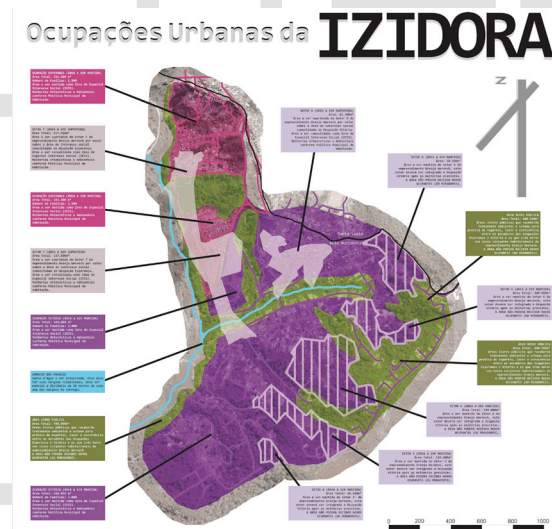


FIGURA 3: Plano elaborado pelo El e instituições parceiras, que propõe o compartilhamento da região da Izidora entre incorporador imobiliário e ocupantes.
Fonte: Escritório de Integração (2014).

As visitas técnicas nas ocupações são igualmente intensas. Há de se levantar rapidamente as informações para elaboração de documentos técnicos. Com a colaboração dos moradores, mobilizados pelas lideranças diante das constantes ameaças de despejo, levantamentos socioespaciais (Figura 4) são realizados em regime de mutirão com as instituições parceiras. Paralelamente a realização de um cadastro formal, o EI propõe um levantamento socioespacial colaborativo, no qual os moradores indicam na maquete as ruas, os nomes delas e os lotes ocupados.



FIGURA 4: Maquete desenvolvida pelo Escritório de Integração para levantamento socioespacial da ocupação Vitória.

Fonte: Escritório de Integração(2014).

No campo, há sempre demanda urgente por informar as questões referentes ao conflito externo. A princípio, havia uma crença da necessidade de tradução dos termos técnicos das mesas de negociação. Como fazer isso sem dar aulas? "Por mais que quiséssemos, não representávamos os seus problemas da mesma forma que eles" (SANTOS, 1981, p. 46). A partir de encontros intensos que duraram um mês, em que se realizava três visitas técnicas por semana nas ocupações, o grupo elaborou, colaborativamente, panfletos sobre os termos da negociação (Figura 5). Lideranças e antigos moradores das ocupações explicavam à equipe do EI qual a racionalidade por trás das decisões dos moradores. O propósito foi ressignificar os termos, segundo a linguagem dos autoprodutores e sua lógica de sobrevivência.

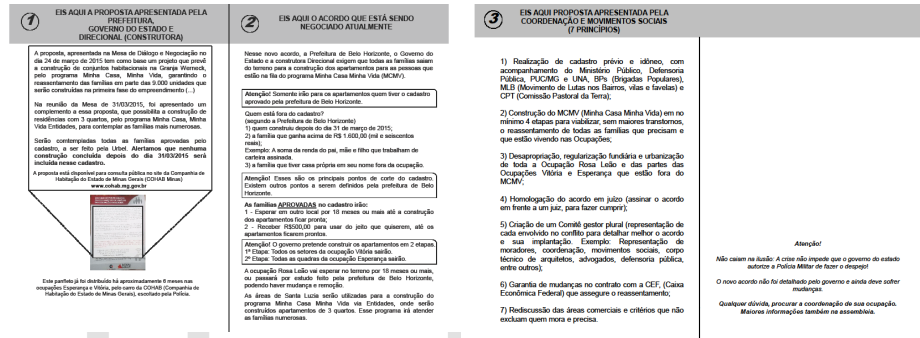


Figura 5: Panfleto desenvolvido por lideranças, moradores e assessores para divulgar informações sobre o processo de negociação do conflito fundiário. Fonte: Escritório de Integração (2014).

Os conflitos internos dificultam a organização dos moradores. A violência também revela-se pela escassez, para além da precariedade das construções. Fome e doenças impedem o engajamento dos moradores nas atividades de mobilização, propostas pelas lideranças. No campo, o trabalho do EI é redesenhado, diante de prioridades mais urgentes.

A violência também está presente na relação dúbia das ocupações com o tráfico de drogas. Na ausência do Estado, ao mesmo tempo que o tráfico garante a segurança do lugar, produz mercadoria terra e a comercializa. Para tanto, invadem lotes vazios que seriam destinados a novos sem-teto ou à construção de equipamentos comunitários. O término dessa fase coincide com morte de lideranças⁷.

Diante desse quadro de violência, em suas várias expressões, é natural que os assessores técnicos sejam considerados, pelos moradores, decisivos para a sua permanência na área. Os desenhos e relatórios técnicos reafirmam essa condição de protagonismo dos assessores nos processos de negociação do conflito fundiário. Embora cruciais para a permanência dos moradores nas ocupações, tais produtos são produzidos por técnicos e para técnicos, longe do território das ocupações. Aqui, há uma reprodução das práticas pedagógicas convencionais, tendo o ateliê como principal local de trabalho, embora visitas técnicas sejam necessárias.

A partir dessa contradição, o EI decide intensificar suas ações nas ocupações da Izidora, como estratégia de tomar o espaço autoproduzido como importante prática política, na tentativa de fomentar o protagonismo dos moradores na conquista do direito à moradia e à terra.

⁷ Em função desses assassinatos, o Escritório de Integração promoveu o aulão "Illegalidades e Produção do Espaço" - ministrado pela Profa. Lúcia Lamounier (Doutora em Ciências Políticas pela PUC Minas e Universidade do Minho, Mestre em Comunicação Social e Graduada em História pela UFMG e Especialista em questões de gênero e crime).



Figura 6: Oficina de Arquitetura de Terra na PUC Minas com moradores de ocupação urbana em um Canteiro em Obras Intramuros. Fonte: Escritório de Integração (2016).

A **segunda fase** foi o momento da consolidação das ocupações pelos autoprodutores. O Canteiro em Obra, instância de aprendizagem prevista no PPP, está presente nas ocupações desde o início da Assessoria Técnica, em versões intramuros e extramuros (Figuras 6 e 7).

Mas, na segunda fase, há uma tentativa da equipe do EI de sistematização dessas práticas, a partir do reconhecimento das potencialidades das ocupações como áreas de experimentação de outras possibilidades de urbanização.



Figura 7: Mutirão na ocupação Esperança com estudantes de graduação e pós-graduação em um Canteiro em Obras Extramuros. Fonte: Escritório de Integração (2016).

Em 2016, priorizamos o protagonismo dos autoprodutores na produção do espaço. A partir do reconhecimento de que a ação direta dos moradores sobre o território é, ao mesmo tempo, luta por sobrevivência (esfera da necessidade) e luta pelo direito de decidir sobre o próprio espaço (esfera da liberdade); entendemos que nós, técnicos, deveríamos participar desse processo de autoprodução. Diante da inversão da lógica dos processos participativos (quem participa é o técnico), os desafios deste trabalho foram a superação da alienação dos técnicos em relação a realidade dos processos de autoprodução do espaço.

A opção do EI é pela Assessoria Técnica direta, evidentemente, *in loco*. As possibilidades de assessoria técnica são discutidas colaborativamente entre autoprodutores e técnicos. De modo espontâneo, os autoprodutores se agregam de acordo com seus interesses, conformando grupos distintos. Em cada grupo, os trabalhos de assessoria pretendem explicitar os argumentos que fundamentam as ideias propostas, de modo que proporcionem uma ampla discussão, evidenciando conflitos e dissensos, nos termos de Rancière (2001) e Swyngedouw (2012 [2007]).

O planejamento colaborativo consiste em encontros com as lideranças, passeios acompanhados⁸ pela ocupação e entrevistas⁹ com moradores. Neste último caso, importa compreender a história do cotidiano de autoprodução do espaço e o modo como ele é produzido.

Além de demandas verbalizadas pelas lideranças e moradores, a equipe levanta inadequações que saltam aos olhos durante os passeios acompanhados. Há um intenso processo de negociação entre as partes, considerando eleição de prioridades, capacidades e habilidades de cada um, e disponibilidade de recursos monetários e não monetários. É nesse momento que são estabelecidos os termos de parceria entre os atores, quando são negociadas as tarefas, as responsabilidades e os prazos. A elaboração face a face desse contrato social propicia a construção de relações de confiança.

A programação prévia das atividades não pode implicar na subtração dessa aproximação, sempre experimental, sempre “em teste”, ainda que a sua experimentação continuada, como se pretende aqui, possa gerar princípios metodológicos cada vez mais claros e passíveis de sistematização e de reprodução.

As práticas pedagógicas pretendem a compreensão, a reunião e a colaboração entre conhecimentos especializados e saberes tradicionais. Visitas técnicas, reuniões, encontros, aulas ou aulões, oficinas, jogos, canteiros, mutirões, constituem atividades de sensibilização e de capacitação, ao mesmo tempo, no espaço da ocupação.

⁸ Passeio acompanhado é um método de análise espacial que consiste de uma caminhada pelo espaço em que o técnico especialista é acompanhado pelos usuários (BECHTEL, 1997). Embora o campo da Pesquisa Pós Ocupação tenha sistematizado a técnica, ela é adotada pelos arquitetos e urbanistas em seu dia a dia de trabalho.

⁹ As entrevistas foram coletadas durante a pesquisa TECNOLOGIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR OCUPAÇÕES URBANAS: estudos de caso na região de Izidora, realizada em 2015-16, aprovada no Conselho de Ética da Universidade, segundo a legislação vigente, sob o número CAAE: 43334515.0.0000.5137.

Essa simultaneidade permite a tomada de consciência do espaço de todos e do próprio espaço, das relações espaciais (que são também sociais) entre público, coletivo e privado, entre natural e transformado, flagrando-se intenções e práticas de apropriação e de transformação do território, orientando uma aprendizagem mútua entre técnicos e moradores. Tal aprendizagem se dá sobretudo *in loco*, no ato, o que significa também uma aproximação entre estratégias de representação (gráfica, cartográfica e, portanto, também social) da realidade e a sua dinâmica.

A equipe do EI elabora vários aparatos para promover o debate, antes e durante as intervenções, como maquetes, protótipos, jogos, croquis, informativos e painéis (Figuras 8, 9, 10 e 11). São instrumentos de caráter processual, elaborados nas visitas técnicas, com o propósito de debater os termos da pauta de discussão e orientar a tomada de decisões.



Figura 8: Moradores de Rosa Leão analisando a maquete do futuro Centro Comunitário.
Fonte: Araújo (2015).



Figura 9: Fichas do jogo para discussão de parâmetros urbanísticos da legislação, para auxiliar o debate sobre a construção do centro comunitário em Rosa Leão, segundo essa legislação a partir da demanda dos moradores.

Fonte: Araújo (2015).

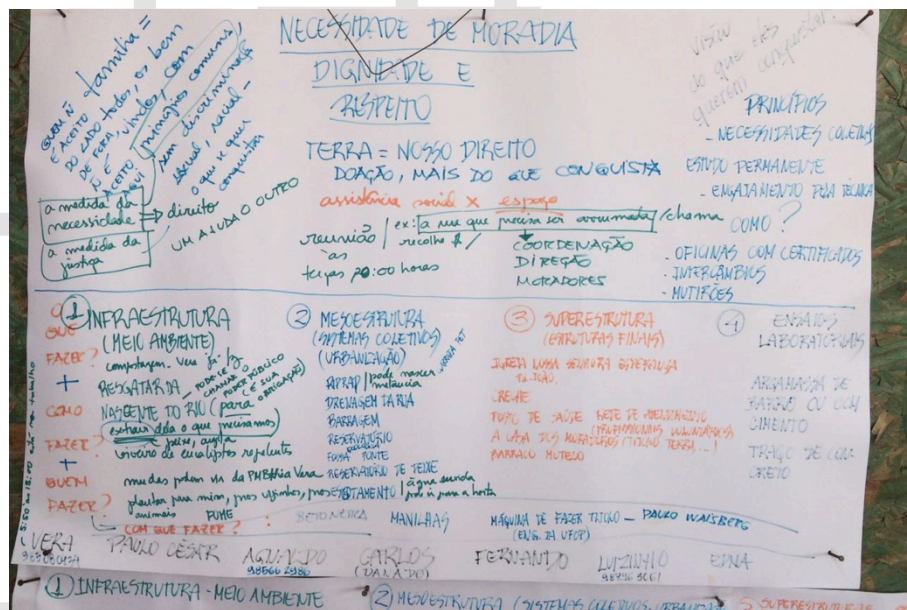


Figura 10: Painel de registros de planejamento colaborativo de ações extensionistas em Esperança. Fonte: Escritório de Integração (2016).



Figura 11: Alunos observando uma maquete de biofiltro durante mutirão para realização da ação. Fonte: Escritório de Integração (2016).

Outro princípio adotado é a reprodução das técnicas de urbanização e construção desenvolvidas colaborativamente, para além da presença dos técnicos. Oficinas realizadas em mutirões, aulas expositivas (aulões) no território, montagem de protótipos das tecnologias de urbanização, devolução do registro das oficinas (fichas técnicas), intercâmbio entre ocupações, e entrega de certificado de participação em oficinas são estratégias para consolidar o conhecimento produzido coletivamente. A expectativa é que a experiência possa ser replicada pelos moradores para outros moradores.

O EI busca nas proposições da Geologia Urbana (CARVALHO, 2001; SILVA, 2013) os fundamentos para reabilitação ambiental daquelas ocupações. O território é analisado a partir da ideia de que a cidade é uma sobreposição de três camadas (infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura), independentes, mas indissociáveis, um produto da interação do homem com um território previamente constituído - a infraestrutura - que é ele mesmo a condição única da chamada sustentabilidade - qualquer que seja sua adjetivação. Essa divisão por temas representou um avanço na formação dos alunos extensionistas e numa elaboração consistente da análise do território. A produção do espaço exige a mobilização simultânea das várias camadas. A partir do momento em que a equipe se familiarizou, no campo, com a fusão daquelas camadas, o trabalho avançou em sua caracterização: condições infraestruturais; sistemas de mesoestrutura urbana; superestruturas autoproduzidas.

Diante do desafio colocado pela extensão territorial da região, a opção do EI foi a eleição de uma área menor, representativa da ocupação, para intensa atuação. O critério empregado foi a possibilidade de recuperação ambiental da bacia hidrográfica, considerando a sub-bacia a melhor unidade de planejamento, gestão e ação (BRASIL, 1997). Observou-se essa oportunidade de delimitação a partir da fala dos próprios moradores em relação ao assoreamento dos olhos d'água, a solicitação de recuperação de áreas verdes etc. A equipe elegeu a sub-bacia, localizada na linha de drenagem coincidente com a Rua Bela (Figura 12), que tem a maior contribuição de caudais líquidos e sólidos para o olho d'água em questão.

A intenção é tornar essa área uma referência de desenvolvimento e implantação de processos de urbanização, condizentes com a capacidade de suporte do sítio. Os trabalhos de assessoria na sub-bacia funcionam como um efeito-demonstração, em escala real (1:1), para sensibilizar moradores durante a execução dos mutirões e testar a eficiência das tecnologias propostas.

Microbacias de Estudo e Atuação na Ocupação Esperança

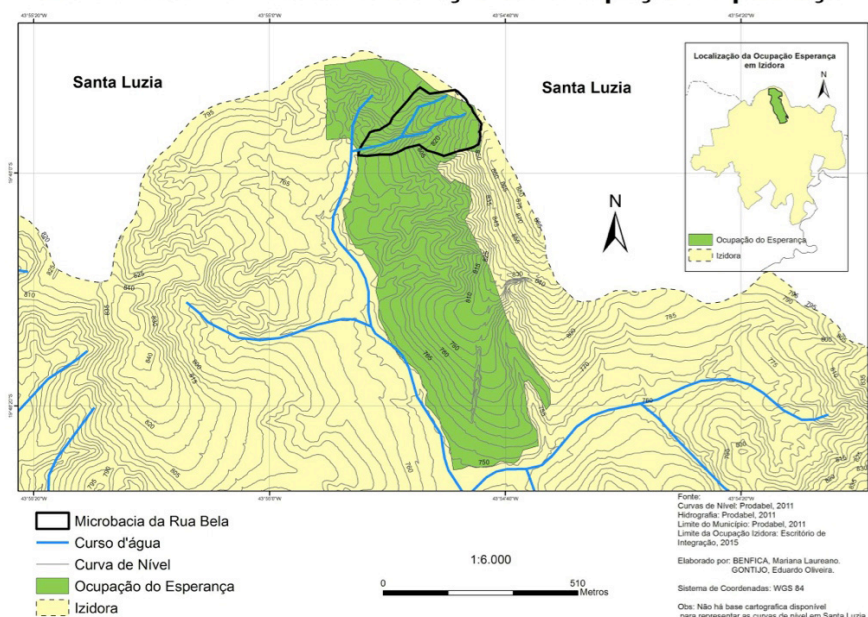


Figura 12: Mapa com a localização da Ocupação Esperança. Fonte: Escritório de Integração, 2017.

A sub-bacia como lugar de práticas pedagógicas possibilitou o fechamento de um ciclo de atuação da equipe EI no território, em um período de um ano. Nesse intervalo, é possível identificar demandas e requalificá-las com os moradores, formar autoprodutores e alunos em processos de urbanização que consideram o meio ambiente, municiar os autoprodutores de conhecimento técnico para tomada de decisões deliberadas, e formar alunos cientes das demandas populares pelo direito à cidade.

A **terceira fase** coincide com uma manobra da prefeitura municipal para apaziguar os ânimos dos moradores. No início de 2017, o prefeito anunciou que abriu mão de duas ações na Justiça de reintegração de posse da área e que buscaria recursos para urbanizar as ocupações. Os moradores entenderam que a permanência estava garantida e que “o asfalto iria chegar”. A expectativa da urbanização acabou distanciando os moradores das articulações políticas. Em 2018, para evitar essa estagnação, os movimentos sociais retomaram as mobilizações, a partir da reivindicação da prometida urbanização.

Diante da inevitável e legítima postura individualista dos moradores em relação a provável conquista do lote urbanizado, o EI desenvolveu duas frentes de

trabalho: esclarecimento das implicações que a urbanização formal provocará no território¹⁰ e levantamento de práticas socioespaciais¹¹ das ocupações.

A partir do interesse das lideranças da ocupação Esperança em ter um documento que possa ser utilizado na pressão sobre o governo municipal, que comprove a viabilidade da urbanização da área sem grandes remoções, iniciou-se um processo de concepção de propostas de consolidação urbanística da área, por meio de um Anteprojeto Urbanístico. Sob a coordenação do EI, esse plano é desenvolvido na disciplina de graduação do último período do curso de Arquitetura e Urbanismo, Projeto Executivo Urbano 1, dedicada ao aprendizado da elaboração de planos e projetos para urbanização de assentamentos informais.

Por meio de levantamento de práticas socioespaciais, os alunos da disciplina e os monitores do EI identificam valores e prioridades que os moradores têm adotado na produção do meio urbano. Entende-se que tal processo permite fomentar o debate entre a assessoria e os moradores, mas também entre eles próprios, em volta da questão: o que esperam da urbanização. Ao mesmo tempo, acredita-se que é possível antecipar os impactos comuns produzidos pela urbanização formal e submeter de determinadas mudanças no cotidiano da moradia e do bairro (tutela sobre o uso do lote, impedimento de alterações de áreas comuns ou não edificantes, impedimento da exploração da terra por meio de práticas comerciais, de expansão da moradia, de agricultura urbana etc) a avaliação pelos moradores.

A metodologia de levantamento de práticas socioespaciais, a ser empregada na disciplina, foi elaborada a partir de uma experiência do EI, no segundo semestre de 2017. Como arquitetos e urbanistas, nosso objetivo era aprofundar o conhecimento sobre a autoprodução em ocupações urbanas e registrar a história de luta dos moradores. Aplicamos nos moradores mais antigos a entrevista em narrativa¹² à medida que realizamos o levantamento métrico da construção em colaboração com os autoprodutores. A contação da história de produção do espaço pela atividade de levantamento reduz as diferenças entre teoria e prática, técnico e morador, discurso e fala espontânea, pesquisa e devolução. A ideia foi

¹⁰ Em trabalhos anteriores de assessoria técnica do Escritório de Integração, as comunidades afetadas pelas ações de urbanização de assentamentos precários, como o programa Vila Viva, acumulam conflitos e danos promovidos pela ação estatal marcados pela remoção excessiva, pela cassação do direito de posse, pelos erros de projeto, pelo desfavelamento sob o pretexto da recuperação ambiental e pela gentrificação decorrente do impacto no mercado imobiliário informal após as intervenções. Estudos recentes também têm demonstrado estes e outros impactos (BITTENCOURT, 2014; FERNANDES; PEREIRA, 2010).

¹¹ Adotamos a grafia “sócio-espacial”, com hífen, em referência ao conceito do geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013) para referir a análise simultânea das relações sociais e espaciais, porque as duas têm o mesmo peso no fenômeno estudado: o modo de autoprodução do espaço.

¹² A entrevista em narrativa (BAUER, 1996) é realizada em quatro etapas: iniciação, narração, interrogatório e “bate-papo”. A fase de iniciação compreende a elaboração de perguntas “exmanent”, a partir do interesse do pesquisador e expressam formulações e linguagem desse último. O EI tem interesse em compreender as características do modo de autoprodução do espaço: aspectos tecnológicos (obtenção de materiais, técnicas construtivas, equipamentos utilizados) e sociais (organização, negociação, divisão de tarefas). Tais questões, as quais não são apresentadas aos informantes, servem como pontos de atenção à medida que os relatos abordam as questões de interesse do pesquisador. Na etapa de narração, o pesquisador apresenta o tema geral da pesquisa, solicita permissão para gravar e esclarece o procedimento da entrevista: contação ininterrupta da história. Nessa etapa, o pesquisador formula um tópico central abrangente, relacionado com a pesquisa, no caso “a história da ocupação”, de modo a abarcar todos os eventos de interesse de domínio do pesquisador e de relevância do informante. Na etapa de interrogatório, o pesquisador solicita, ao informante, o esclarecimento de dúvidas acerca da história narrada, utilizando os mesmos termos empregados pelo informante. A etapa final, “bate-papo”, refere-se ao momento após o entrevistador desligar o gravador, quando o informante narra de forma mais espontânea aspectos relevantes do evento.

potencializar o contrato social, e as consequentes relações de confiança entre pesquisador e autoprodutor, no tempo e espaço do universo da autoprodução.

Ao contrário de comunidades tradicionais, a identidade desses territórios é uma construção recente, mas a busca do acesso à terra não. Os moradores revelam trajetórias de expulsão, ao longo do tempo e espaço, de uma mesma geração familiar. A ocupação é o último recurso para garantir a sobrevivência do indivíduo e de sua família. O momento da ocupação, o enfrentamento de ameaças de despejo e as estratégias de ajuda mútua no cotidiano revelam uma organização coletiva para a resistência. De modo a reforçar, no tempo e no espaço, esses traços de organização política recente, as práticas de assessoria prevêm princípios fundamentados na perspectiva de consolidação da experiência coletiva de autoprodução do espaço. Coube aos estudantes coletar a história da ocupação do ponto de vista dos moradores, com o objetivo de promover a compreensão dos valores dos moradores pelos assessores técnicos, como também o autoreconhecimento sobre o processo de autoprodução da ocupação e de suas conquistas individuais e coletivas (Figura 13).

A prática humana autoconsciente não pode ser almejada “a menos que [o indivíduo] participe de maneira cada vez mais ativa na determinação de todos os aspectos de sua própria vida, desde as preocupações mais imediatas até as mais amplas questões gerais de política, organização socioeconômica e cultura” (Mészáros, 2006 [1970], p. 259). As atividades de assessoria demonstram que os moradores, cientes de seu papel na produção do espaço da moradia e do bairro, engajam-se cada vez mais nos processos de decisão.

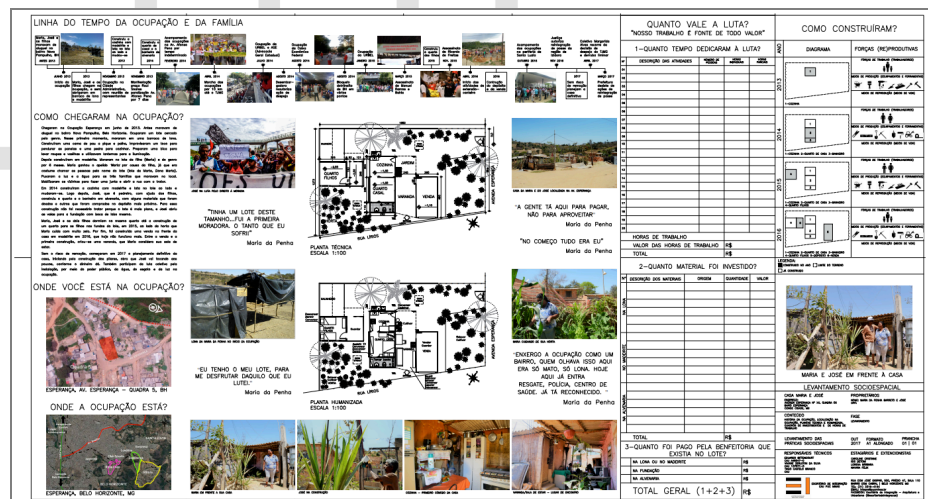


Figura 13: Prancha com o levantamento das práticas socioespaciais de um dos primeiros moradores da ocupação Esperança. Fonte: Escritório de Integração (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se, ao final, de fazer avançar o campo de conhecimento em direção ao que seria uma urbanização técnica e politicamente democratizante. Trata-se ainda de trazer à sala de aula - e não apenas ao EI - objeto e tema (as ocupações urbanas) que são, para usar uma expressão do antropólogo James Holston, "espaços de cidadania insurgente" ou, para usar uma expressão do geógrafo David Harvey, "espaços de esperança", provocando-se uma inversão da perspectiva desiludida em relação ao papel social do arquiteto-urbanista. Trata-se também de ter em mãos argumentos técnicos para a resistência política a processos de desocupação e despejo ou de urbanização sob a lógica do Estado capitalista. O fortalecimento da extensão nos cursos de graduação e pós-graduação valoriza aquelas iniciativas inter-multi-trans-disciplinares capazes de problematizar e buscar respostas às questões sociais, formando-se profissionais tecnicamente competentes e eticamente responsáveis, tanto por meio dos editais de projetos de extensão, quanto por meio da vinculação das atividades extensionistas a planos de ensino, trabalhos interdisciplinares, monografias, eventos, cursos, práticas investigativas, atividades complementares, estágios. Trata-se do fortalecimento da articulação da extensão à pesquisa, criando-se metodologias e tecnologias sociais que possam ser fonte de pesquisa e objeto de problematização. Tais metodologias e tecnologias sociais, no âmbito desse programa de extensão, são alvo de sistematização e divulgação no meio acadêmico e na sociedade em geral, mediante a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos, e material didático-pedagógico. O propósito é socializar o conhecimento produzido e torná-lo acessível. Nesse sentido, não há uma pretensão de responder à pergunta do título, apenas provocar reflexões a partir da experiência do EI.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. R. de. *Contradições paralelas: projeto autogestionário centro comunitário - "barracão" Ocupação Rosa Leão*. 2015. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo)-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BAUER, M. The narrative interview: comments on a technique of qualitative data collection, *Papers in Social Research Methods – Qualitative Series*, v. 1. London: London School of Economics, Methodology Institute, 1996. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/collections/methodologyInstitute/pdf/QualPapers/Bauer-NARRAT1SS.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.
- BECHTEL, R. *Environment and Behavior – an Introduction*. Thousand Oaks (Califórnia): AGE, 1997.
- BITTENCOURT, E. M. R. *Contradições na urbanização de assentamentos precários: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima em Belo Horizonte* 2014. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jan. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

COLETIVO USINA. Reforma urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. In: BENINI, É; A.; FARIA, M. S. de, NOVAES, H. T. e DAGNINO, R. (Org.). *Gestão e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 81-120. Disponível em: <http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/livro_gestao_publica_e_sociedade_vol21.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (ANPUR), Recife, p. 55-71, 2000.

CARVALHO, E. T. *Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.n.], 1999.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO. *Ocupações*. Relatório Final Projeto de Extensão: PROEX-2014/9369-1S coordenado por Margarete Maria de Araújo Silva. Belo Horizonte, 2014.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO. *Assessoria técnica a ocupações urbanas: processos de urbanização*. Relatório Final Projeto de Extensão: PROEX-2015/9951-1S coordenado por Viviane Zerlotini da Silva. Belo Horizonte, 2015.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO. *Assessoria técnica a ocupações urbanas: condições infraestruturais*. Relatório Final Projeto de Extensão: PROEX-2016/10899-1S coordenado por Viviane Zerlotini da Silva. Belo Horizonte, 2016a.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO. *Assessoria técnica a ocupações urbanas: sistemas de mesoestrutura urbana*. Relatório Final Projeto de Extensão: PROEX-2016/10904-1S coordenado por Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt. Belo Horizonte, 2016b.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO. *Assessoria técnica a ocupações urbanas: superestruturas autoproduzidas*. Relatório Final Projeto de Extensão: PROEX-2016/10940-1S coordenado por Tiago Castelo Branco Lourenço. Belo Horizonte, 2016c.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO. *Assessoria técnica a ocupações urbanas: processos autônomos de urbanização*. Relatório Final Projeto de Extensão: PROEX-2017/11440-1S coordenado por Viviane Zerlotini da Silva. Belo Horizonte, 2017.

FERNANDES, E.; PEREIRA, H. D. Legalização das Favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? *Revista Eletrônica Planejamento e Políticas Públicas*. n. 34, jan./jun., 2010.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HOLSTON, J. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC Minas). Instituto de Ciências Sociais. Curso de Arquitetura e Urbanismo. *Projeto Político Pedagógico*. PUC Minas: Belo Horizonte, 2008.

RANCIÈRE, J. Ten Theses on Politics. *Theory & Event*. v. 5 n. 3, p. 32. The Johns Hopkins University Press: Baltimore, 2001. Disponível em: <https://www.colorado.edu/humanities/ferris/Courses/1968/Ranciere/Ten%20Theses/Ranciere_Ten%20Theses%20on%20Politics_Theory%20and%20Event5.3_2001.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SANTOS, C. N. F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, M. M. A. de. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SWYNGEDOUW, E. A cidade pós-política. *E-metropolis*. n. 8. Ano 3, p. 52-61, 2012 [2007].

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: VENOSA, R. (org.). *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.